

SISTEMA FAEP



Mala Direta
Postal

9912152808/2006-DR/PR

SENAR
CORREIOS

impresso

BOLETIM informativo

Ano XXIV | nº 1069 | 5 a 11 de
outubro de 2009

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

COGUMELOS

Produtores temem
a invasão chinesa



pág **12**



ENTRE RIOS | PÁG 2

Cleverson Beje

MALTE

a alma da cerveja

ALEXANDRE
E HILMUTH
SEITZ: modelo
de gestão



»» A Colônia Entre Rios dá o sabor da região
do rio Danúbio às cervejas brasileiras

2

Capa

Malte e cerveja

6

**Percevejo
Bronzeado**A praga dos
eucaliptos

Embrapa

9

Projeto “Oásis”

O madelo de Apucarana

11

Sanidade

A reestruturação das comissões

14

Seminário

Em debate o seguro rural



Divulgação

16

Cursos Senar

Casa em ordem, segurança e morangos

18

Via RápidaA imprensa, abelhas e onde
Judas perdeu as botas

21

Censo

A manipulação do IBGE

23

Agrinho

Sete mil trabalhos e 217 prêmios

“Prosit!” Entre Rios

Agrária amplia a maltaria que
abastece todas as cervejarias
brasileiras

por Cynthia Calderon

Fotos: Cleverson Beje

Cinquenta e oito anos se passaram. A cultura e a tradição germânica foram mantidas. Mas, nesse mais de meio século a Colônia de Entre Rios pode se orgulhar de ter alcançado o que seus ancestrais sonharam ao deixar o continente europeu. Em 1951, no pós-guerra, 500 famílias de suábios dispostas a formar uma cooperativa agrícola alcançaram os campos de Guarapuava com o apoio da Ajuda Suíça para a Europa, uma instituição humanitária. Numa época em que a terra roxa do norte-paranaense era idolatrada, eles se instalaram num território exigente para a agricultura, mas com um clima assemelhado ao da divisa da Alemanha e Áustria.

No início eram apenas 22 mil hectares, hoje são 105 mil hectares de lavouras. Os suábios se espalharam pelo mundo, mas Entre Rios é o único núcleo a manter as tradições de serem colonizadores e viverem no sistema cooperativo rural.

Hoje, a Cooperativa Agrária tem 539 cooperados, 968 colaboradores, com profissionais de todas as áreas, três entrepostos e quatro indústrias e sonoros R\$ 1,5 bilhão de faturamento. Se fossem divididos equanimemente entre os cooperados, cada um embolsaria R\$ 2,7 milhões.

A 30 quilômetros de Guarapuava, o distrito de Entre Rios é formado por cinco colônias que se fecham num círculo, limitadas pelos rios Jordão e Pinhão, daí sua denominação. Vitória é uma espécie de “capital”, onde está a sede da Cooperativa e as áreas coligadas como colégio, hospital, sede da fundação, igreja e museu. As outras são: Cachoeira, Samambaia, Jordãozinho e Socorro. Nelas, em propriedades com áreas médias de 400 ha, cultiva-se trigo, soja, cevada, aveia e milho. “Uma sucessão de circunstâncias levaram nossa Colônia a optar por essas culturas, cada



JORGE KARL,
diretor-presidente
da Agrária e a sede
da Cooperativa



produtor julga o que melhor lhe interessa”, diz o diretor-presidente da Agrária, Jorge Karl. A cevada tornou-se sinônimo de Entre Rios, porque tem um mercado garantido e o seu desenvolvimento começou no início da década de 80, numa parceria com a Antártica. Hoje a Agromalte responde por quase 40% da receita da Cooperativa e o malte de Entre Rios está em todas as cervejas brasileiras, com mais de 20% do mercado.

No último final de semana, compondo o cenário de festas na comunidade, a Cooperativa inaugurou a ampliação da Agromalte, ampliando em 60% a sua capacidade anual de produção, passando de 140mil t/ano para 220 mil t/ano, entrando para o ranking das dez maiores do mundo. “Esse é o maior investimento da história da Agrária”, revela Karl. É também uma aposta no aumento do consumo de cerveja no Brasil, hoje o 9º no ranking mundial com 47,7 litros/ano, enquanto os maiores consumidores do planeta são os checos com 158 litros/ano, segundo o Sindicato Nacional da indústria da Cerveja.

Um diferencial para quem visita a Colônia é a preocupação da Agrária em aliar projetos econômicos sustentáveis com o bem estar das pessoas que estão em seu entorno. Descendente de iuguslavs, Anton Gora, engenheiro-agrônomo formado pela UFPR escreve um livro sobre a “Contribuição Suábia em Guarapuava”. Ele revela que a Cooperativa viveu três grandes ciclos até chegar a atual estrutura. “O desenvolvimento técnico e fundiário, passando da tração animal para a mecanização; o industrial com linhas de financiamento para a criação das indús-

trias e o terceiro, administrativo”, diz ele. Gora que por 31 anos trabalhou na Cooperativa testemunha que os suábios transformaram os campos nativos de Guarapuava, considerados pobres, ácidos e de baixa fertilidade “em áreas altamente produtivas, chegando a ultrapassar países desenvolvidos”. De fato, a produtividade média do plantio de cevada no ano passado foi de 4,9mil/kg/ha.



Nova torre de malteação



ROSELI ESSERT E KARIN MÜLLER: as vozes de Entre Rios



HAMMERSCHMIED: dança típica dos suábios do Danúbio



“ Os SEITZ: alta produtividade e eficiência na propriedade”



Bonecos com trajes típicos dos suábios



Guten Morgen, Entre Rios

Os viajantes que cruzam a BR-277 na altura do terceiro planalto paranaense em busca de boa música são surpreendidos ao atingir no dial do rádio a 99.7 FM.

Ela é a emissora “oficial” da Colônia Entre Rios e transmite por suas ondas, além de boa música, informações locais e nacionais. Pelo menos duas vezes ao dia, porém, se o viajante não tiver o conhecimento do “schwowisch”, um dialeto alemão, sobrá apenas o embalo das valsas e polcas de bandas alemãs para alegrar a viagem. A emissora mantém pela manhã (das 7h às 8h) e à tarde (das 18h às 19h) uma programação no dialeto voltada basicamente aos suábios e seus descendentes. “Buscamos através da nossa programação, manter nossas tradições culturais”, dizem as loiras locutoras Karin Müller e Roseli Essert. No final da noite, a 99.7 FM programa diariamente música e poesia e às 24 horas entra no ar músicas inesquecíveis, clássicos e baladas românticas que garantem o bom sono aos seus ouvintes.

Há um forte sentimento pelas artes em Entre Rios visível na arquitetura local. A comunidade tem orquestras de sopro e grupos folclóricos, locadora de DVDs com todos os títulos em alemão, além de uma Fundação Cultural e um Museu com a memória dos pioneiros da Colônia. O fim do plantio coincide com a grande festa da cevada, quando por cinco dias seus habitantes transformam Entre Rios numa pequena Alemanha, com cerimônias religiosas, folclore, baile e comida típica.

SUÁBIOS

Imigrantes alemães que habitavam as margens do rio Danúbio da Alemanha, Áustria e Iugoslávia.



GRAZIELLA PORTES SILVA: rapidez nas análises

Tecnologia

Os produtores de Entre Rios servem ao modelo desejável de como agregar valor ao que vem da terra. Da cevada ao malte industrializado é um pulo de pouca distância entre a propriedade e a indústria. Há, porém, uma grande aliada nessa cadeia: a tecnologia. A Agrária investe fortemente em pesquisa e desenvolvimento, e os resultados são absorvidos pelos seus cooperados. Todo o processo de produção agrícola e seus segmentos como infra-estrutura técnica, silos, assessoria para financiamentos e seguros, máquinas e equipamentos, aquisição de insumos e silos, além de treinamentos (proporcionado pelo SENAR-PR), a Agrária mantém consultoria e capacitação para gestão da propriedade. O complexo em Entre Rios compreende ainda três indústrias, além da maltaria: fábrica de rações, moinho de trigo e fábrica de óleo de soja degomado. A autossuficiência em lenha para complementar o abastecimento de energia é obtida por projetos florestais.

A Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária (FAPA) é uma mini-Embrapa em Entre Rios, referências entre os centros de pesquisa agrícolas privados do Brasil com parceria com diversas entidades na área de pesquisa e uma estação meteorológica. Com vinte agrônomos e técnicos atuando na análise, classificação e avaliação eles simulam todas as fases de desenvolvimento dos grãos. Na área específica de malte, a Fundação detém o “Zeiss Corona 45 Nir”, um simulador da qualidade e características do malte, único no Brasil. “Ele reduz de 6h para 15 segundos o processo de análise das várias características do malte”, explica a coordenadora do laboratório, Graziella Portes Silva.

A Agrária mantém laços estreitos com entidades alemãs em parcerias comerciais e tecnológicas, entre elas universidades que permitem a formação de mestres malteiros e cervejeiros. E, desde 2004, com a Ireks do Brasil na área de panificação e confeitaria.



Os Seitz

Hilmuth Seitz, 50 anos, seguiu os caminhos de organização e trabalho do seu pai, Johnn, um dos suábios que veio num dos sete navios que trazia os fundadores da Colônia Entre Rios. Dono de três fazendas, ele, como a maioria dos vizinhos, cultiva milho, soja, trigo e principalmente cevada. Tem sempre em sua companhia o filho Alexandre, 27 anos, formado em agronomia pela UFPR, em Curitiba. A sapiência do batente na roça de um e o conhecimento acadêmico do outro gerou uma administração diferenciada nas propriedades da família Seitz. Numa das fazendas, há três anos, iniciaram uma profunda mudança de gestão. Com 1.000 hectares, na Colônia Samambaia, ela foi dividida em 15 talhões, cada qual com um tratamento específico, desde a definição de culturas, controle de pragas, pluviometria e custos. Mediante planilhas fornecidas por funcionários treinados pelo SENAR-PR, ele obtém um verdadeiro raios-X de cada talhão e a cada plantio vai realizando eventuais correções. “Isso resulta em altas produtividades e eficiência na propriedade. Nós já conseguimos 5,6mil/kg/cevada/ano”, diz. A gestão empresarial das propriedades é feita por softwares da Ocepar. “E, obtendo da Cooperativa todas as novidades que por ventura interessem na inovação tecnológica das minhas propriedades”. Do Senar, em setembro, os Seitz participaram de um curso sobre aplicação de defensivos na lavoura, “o que nos ajudou a evitar problemas de saúde e de desperdício de produtos”.



Paixão multinacional

Há mais de 10.000 anos, o homem primitivo conheceu a fermentação e conseguiu as primeiras bebidas alcoólicas. A cervejaria mais antiga foi descoberta por arqueólogos que estavam em busca de pirâmides egípcias. Em vez do retiro eterno dos faraós, deram de cara com uma espécie de cervejaria com idade estimada de 5.400 anos a.C. Faltou aos egípcios e aos romanos que posteriormente surrupiaram e desenvolveram a fórmula da cerveja o marketing, que sobrou aos alemães. Foram transformados no povo mais cervejeiro do planeta. Os entendidos na loira, porém, dizem que a melhor cerveja é a belga.

Em 1836, surgiu a primeira cerveja 100% brasileira. Ela se chamava Barbante e a garrafa vinha com uma corda que prendia uma rolha ao gargalo. E no ranking das bebidas mais consumidas no país, a cerveja só perde para o leite e o café.



AS LOIRAS

- » **Bock** | De baixa fermentação, leva malte, o grão germinado da cevada, mais torrado e caramelado. Daí sua cor avermelhada. bock, em alemão, significa bode. Ela seria forte como o coice desse caprino.
- » **Malzbier** | Surgiu aproveitar a parte da produção de cerveja que se perdia ou não atendia aos padrões de qualidade. O sabor adocicado vem do caramelo adicionado à bebida.
- » **Draft** | uma cerveja tipicamente americana. Bem leve e nada amarga.
- » **Stout** | Essa pura inglesa é de alta fermentação. Na língua de Shakespeare significa forte, robusta.
- » **Pilsen** | Surgiu na República Tcheca, é de baixa fermentação. Seu sabor pende mais para o amargo e o aroma para o cítrico, características do lúpulo, uma planta aromatizante.

O CHOPE

Trata-se nada mais, nada menos do que a cerveja de barril. Armazenado ali, o chope chega a durar dez dias e, depois de o recipiente ser aberto, deve ser consumido em 24 horas. A diferença básica em relação às outras versões da bebida é que ele não passa pelo processo de pasteurização.

A palavra chope vem do alemão schopp, que representava uma medida de 300 mililitros. Medida desrespeitada entre dez em cada dez brasileiros. Inclusive pelo povo de Entre Rios que consome o “schopp” Donau Bier, produto da cervejaria local (2 mil litros/semana) feito dentro das normas alemãs.

» **Malte** | Produto final da germinação quando a cevada passa a ser malte através da transferência química que germina o grão.

Fonte Revista Saúde

Australiano, bronzeado e perigoso

Percevejo chegou ao Brasil em 2008 e já ameaça a produção paranaense de eucalipto



Uma espécie de percevejo originária da Austrália ameaça a produção de eucaliptos no Paraná. O estado é o terceiro maior produtor brasileiro, atrás de Minas Gerais e São Paulo. No Brasil, os primeiros registros da presença do percevejo bronzeado - *thaumastocoris peregrinus*, aconteceram em 2008, em São Paulo, onde já foi detectado em 40 municípios, e no Rio Grande do Sul, em 2008.

Trata-se de um inseto que se alimenta da seiva das folhas do eucalipto, causando o “prateamento” e em seguida a secagem das folhas. “A origem do termo bronzeado se deve à ação do percevejo. As folhas ficam em tom amarronzado”, disse o pesquisador da Embrapa, Leonardo Barbosa. No início o percevejo ataca a copa das árvores, mas devido à sua grande capacidade de reprodução se espalha por toda a planta.

Eucaliptos com os sintomas causados pelo percevejo bronzeado

Desembarque no Brasil

Esta espécie foi introduzida no Brasil acidentalmente pelos aeroportos, navios ou transporte ilegal de plantas. “Por ser um inseto que vem de uma região muito distante não há um inimigo natural do percevejo bronzeado”, revela o engenheiro agrônomo da área de sanidade florestal da Secretaria da Agricultura (Seab), Marcílio Martins Araújo.

A ação do percevejo bronzeado afeta a cadeia produtiva de diversas indústrias como celulose, energia e serrarias.

Com o enfraquecimento das folhas, a planta perde o poder de fotossíntese, podendo levar a planta à morte, dependendo do tamanho da infestação.

Ameaça no Paraná

No Paraná o percevejo bronzeado foi encontrado em Palmeira e em Ponta Grossa, nos Campos Gerais, e em Itaipulândia, às margens do Lago de Itaipu. Segundo informação da Embrapa foram ainda encontrados percevejos na região de Curitiba em junho deste ano, nas proximidades da rodovia BR-277. A Seab e a Embrapa Florestas estão fazendo um trabalho para identificar as áreas infestadas. “Por enquanto ainda não temos uma estratégia que combata o inseto com eficácia, mas estudamos um combate biológico com uma espécie de vespa australiana, que se alimenta dos ovos do percevejo bronzeado”, disse Barbosa. A eficácia desta vespa é de 30% e deve-se es-

tudar também a adaptação deste novo inseto no meio ambiente brasileiro.

O produtor tem papel fundamental no combate ao percevejo bronzeado, informando os sintomas da ação do inseto em sua propriedade. “Contamos com as denúncias dos agricultores para mapear as áreas onde o percevejo esteja agindo”, ressaltou Marcílio Araújo. Essa espécie de percevejo tem um ciclo de reprodução de aproximadamente 39 dias e por isso a infestação é muito rápida.

** O produtor que perceber os efeitos da ação do percevejo em sua propriedade pode entrar em contato com Marcílio Martins - SEAB (046) 3263-1667 e com Leonardo Barbosa - Embrapa (41) 3675-5600.*

Fotos: Embrapa



Thaumastocoris peregrinus ou percevejo bronzeado suga a seiva do eucalipto podendo causar a morte da planta

SENAR-PR no cultivo do eucalipto

A pesar de a área plantada de eucalipto no estado ser de 122 mil hectares e a área plantada de pinus 686,5 mil hectares, o SENAR-PR recebe uma demanda para cursos de cultivo de eucalipto muito maior que a de cursos de cultivo de pinus.

“O que justifica esta discrepância é o fato do SENAR-PR ter formatado treinamentos de cultivos florestais voltados para o pequeno e médio produtor rural. As florestas de pinus pertencem, em grande parte, a indústrias de base florestal, que possuem sistemas próprios de plantio e manejo. Para o produtor, a madeira de eucalipto apresenta uso muito mais diversificado na propriedade, além da cultura apresentar um crescimento superior ao pinus” disse o engenheiro florestal Neder Maciel Corso técnico do SENAR-PR.

Em outubro o SENAR-PR realiza o curso de número 500 sobre cultivo de eucalipto, área em que atua desde abril de 2006.

Cursos oferecidos pelo SENAR-PR em reflorestamento:

- » Cultivo de eucalipto (16 horas)
- » Inventário, poda e desbaste em cultivos florestais (16 horas)



Cleverson Beje

Celulose: Brasil é referência

Entre os principais produtores mundiais de celulose e papel, o Brasil é referência internacional nesse setor, por suas práticas sustentáveis. O principal diferencial competitivo é que 100% da produção de celulose e papel no País vem de florestas plantadas, que são recursos renováveis. Isso coloca o Brasil em níveis superiores de competitividade em relação aos maiores produtores globais, uma vez que eles ainda fazem uso de florestas naturais para produzir celulose. As florestas plantadas pelo setor de celulose e papel do Brasil são as mais produtivas do mundo. Atualmente há 5,5 milhões de hectares de florestas plantadas do Brasil, dos quais 1,7 milhão de hectares são destinados à produção de celulose e papel. Essa área equivale a apenas 0,2% das terras agricultáveis do País. Portanto, o percevejo bronzeado representa um grande perigo à essa indústria.

Fonte: www.bracelpa.org.br



Um laboratório “top”

R\$ 10 milhões para testes e diagnósticos e doenças na agropecuária

O Centro de Diagnóstico Marcos Enrietti, laboratório da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento que faz análises nas áreas de sanidade animal e vegetal, foi credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para realizar testes e diagnósticos de doenças de alta patogenicidade como a Influenza Aviária, a TSE (Encefalopatia Espongiforme Transmissível), popularmente conhecida como doença da vaca louca e a doença de new castle, outra enfermidade que ataca as aves.

A portaria de credenciamento foi assinada na terça-feira (30) pelo secretário nacional da Defesa Agropecuária, do Mapa, Inácio Kroetz. Com o credenciamento, o laboratório estará habilitado a atender não só as demandas das cadeias produtivas do Paraná, mas de todo o Brasil. Estiveram presentes ao ato de credenciamento, o secretário da Agricultura e do Abastecimento, Valter Bianchini, o superintendente do Ministério da Agricultura no Paraná, Daniel Gonçalves, Antônio Poloni e Ronei Volpi, do Sistema FAEP e lideranças da agropecuária paranaense.

O Centro de Diagnóstico passará a funcionar como um “braço” do Lanagro (Laboratório Nacional Agropecuário), do Mapa, pois terá também a função de triagem das amostras enviadas por diversos estados repassando os resultados ao Ministério, que consolida as informações e comunica os organismos internacionais de sanidade animal e vegetal.

Para conseguir esse credenciamento, o governo do Estado fez investimentos de R\$ 3,5 milhões, aplicados na reforma e infra-estrutura do prédio e na compra de equipamentos de última geração. Segundo o secretário Valter Bianchini, com a reforma e a instalação dos equipamentos, o laboratório está avaliado em cerca de R\$ 10 milhões, uma estrutura que está disponível para atender a demanda do setor produtivo agropecuário.

O aumento na variedade de exames e diagnósticos está sendo permitido graças à ampliação da base física do prédio e, principalmente, à biossegurança do centro, que agora permite a realização de exames diferenciados. O laboratório passará a atuar ainda nos diagnósticos para o Programa Nacional de Controle da Brucelose e Tuberculose e na área vegetal, com credenciamento para o diagnóstico de pragas quarentenárias que atacam as principais lavouras do País.

O credenciamento para o diagnóstico de doenças ameaçadoras para o plantel de aves, suínos e bovinos é importante porque somente exames e diagnósticos de qualidade dão o embasamento técnico necessário para o Paraná e o Brasil continuarem reafirmando a ausência de enfermidades como a Influenza Aviária e o Mal da Vaca Louca no País.

Segundo o diretor do Departamento de Fiscalização e da Sanidade Agropecuária, Silmar Bürer, só é possível dizer que determinadas doenças não existem no Brasil se for realizado o diagnóstico correto, e a enfermidade não aparecer no resultado.

“Uma coisa é a notificação técnica da ausência dessas enfermidades, que dá seriedade e confiança no sistema de sanidade paranaense e brasileiro, e outra é a ausência de notificações”, ilustrou Bürer.



Inácio Kroetz e Valter Bianchini assinam a portaria de credenciamento

O modelo de Apucarana de proteção às nascentes

“O Boticário” adere ao projeto de prevenção “Oásis”

O projeto Oásis/Apucarana, pioneiro no pagamento pelos serviços ambientais aos agricultores, ganhou adesão da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Conforme documento assinado dia 11 de setembro, a fundação oferecerá assistência técnica e científica ao programa que começa a pagar aos produtores em janeiro de 2010.

Cada produtor deverá receber até R\$105 por mês por nascente protegida. Em um primeiro momento, o valor do apoio financeiro será definido somente pela medição da vazão das nascentes na propriedade. A Fundação dará apoio técnico para que outras variáveis sejam incluídas no cálculo, além de identificar áreas prioritárias para conservação em Apucarana. Parte dos recursos que viabilizam a iniciativa será custeada pela Sanepar, que repassará mensalmente 0,8% do que fatura na cidade ao Fundo Municipal de Meio Ambiente. No próximo ano, o repasse pode chegar a 1%.

“Nada nasce grande. A Fundação O Boticário veio engrossar o caldo. Depois podem vir grandes empresas nacionais e multinacionais. O produtor rural deve estar aberto para iniciativas como esta, que começa com uma recompensa pela preservação da água, mas pode expandir, por exemplo, para o reflorestamento da mata ciliar e área de preservação permanente”, destaca o presidente do Sindicato Rural de Apucarana, Jorge Nishikawa.

Criado por lei municipal há seis meses, o projeto Oásis desperta o interesse de outras cidades e já ganhou destaque nacional durante o I Seminário Internacional do Programa Produtor de Água, organizado pela Agência Nacional de Águas (ANA), no mês passado, em Brasília.

O Sindicato Rural de Apucarana, que também atende os municípios de Califórnia, Cambira e Rio Bom, é parceiro na execução do projeto, representando quem irá, na prática, preservar as nascentes.

A iniciativa já trabalha com agricultores da bacia hidrográfica do Pirapó que atinge mais de 550 propriedades em uma área de aproximadamente 170 km² no município de Apucarana. Mas a intenção é levar o projeto para as três bacias hidrográficas compreendidas por Apucarana: a Pirapó, Tibagi e Ivaí, as quais somam 550 km² e passam por cerca de 1,5 mil propriedades.

Para pleitear o benefício do projeto, que é de quatro anos, prorrogável por igual período, o proprietário rural deve se cadastrar junto ao município. Dado esse primeiro passo, uma comissão técnica da Secretaria Municipal do



Cleverson Beje

“É o primeiro projeto da área ambiental que está beneficiando o produtor rural. Sempre recaía ao proprietário da terra a responsabilidade financeira e civil sobre a preservação do meio ambiente. É o começo de uma nova mentalidade”

JORGE NISHIKAWA,
presidente do Sindicato Rural de Apucarana

Meio Ambiente analisa “in loco” se a nascente está devidamente protegida. Em caso positivo, a pessoa vai receber toda a assessoria necessária para promover a recuperação ambiental, bem como o apoio financeiro. Ao aderir ao projeto, o proprietário deverá promover a averbação de Reserva Legal, que terá que estar reflorestada ou em processo de reflorestamento, além de atender outras medidas que são definidas por um regulamento.



A íntegra do projeto (lei nº 058/09) pode ser encontrada na internet, digitando no mecanismo de busca “Projeto Oásis Apucarana”

Agropecuaristas atormentados por novas exigências



* GEROLDO AUGUSTO HAUER (G.A.Hauer Advogados Associados, sócio fundador) é advogado
» geroldo@gahauer.com.br

Três são as vertentes de exigências que recentemente atormentam os donos de propriedades agrícolas, todas elas inventadas por burocratas de gabinetes. A primeira diz respeito à reserva florestal que tem de ser protegida. A segunda, confina os homens do campo à produtividade imaginária. E a terceira cobra-lhes a água que seu gado bebe e sua horta necessita.

É de se perguntar, por que repentinamente tanta carga sobre o agropecuarista? Será que desapareceram o bom senso e o propósito de persistir no desenvolvimento do país? Será que já enterraram a grande realidade de que riqueza produzida no campo é uma das raras e fortes molas propulsoras do progresso desta “nação em desenvolvimento”?

A questão do pagamento pela água, que não é nova para grandes consumidores, indústrias principalmente, aflige o produtor rural pela mesquinhez do tamanho da área de terras para isenção que o projeto de lei de nossa Assembléia Legislativa está imprimindo (até o momento da redação deste nosso comentário). Apenas áreas com menos de 144 hectares não terão que pagar pelo consumo de água. Vamos para as estimativas. Antes perguntar, por que 144 e não 140 ou 150 hectares? Esses 144 correspondem a 59.9 alqueires cuja unidade é de 24.200 metros quadrados. E é essa a medida que se usa comercialmente até hoje em grande parte do Paraná. Tendo presente que entre o Congresso Nacional, o Ministro

da Agricultura Stephanes e o Ministro do Meio Ambiente Minc, ainda não há pleno consenso, mas supondo que se entendam, sobre “reserva permanente de matas” e mais a “reserva legal”, embutindo a primeira na segunda, totalizando 20% – teremos que, dos 144 hectares se deduzirá a área de 28,8 hectares, sobrando apenas, 115,2 hectares ou, 47,60 alqueires aproveitáveis. Desconte-se 3,60 alqueires para sede da propriedade, mangueira para gado, abrigo para maquinário leve, caminhos carroçáveis internos, pátio para armazenamento de produtos, sementes etc., sobrarão 44,0 alqueires ou 106,48 hectares utilizáveis. Na hipótese de dedicação exclusiva à pecuária de corte, caberão 250 a 300 cabeças de gado. Se for totalmente utilizável para agricultura, resultarão aproximadamente 5.000 sacos de soja (tomada por base). Para sustentar 4 famílias, salários, leis sociais, óleo diesel, eletricidade, reposição de maquinário, sementes, defensivos etc., a conta não fecha. Imagine-se pagando mais três centavos por metro cúbico de água. Caso outra estiagem como a que tivemos neste ano no Paraná pegar o dono de uma propriedade dessas, compra de água, que já não será de riachos, vai desaguar na inadimplência junto ao banco financiador da lavoura. Se for propriedade de pecuarista, ou não pagará suas contas, ou morrerá de sede parte do seu gado.

O tormento que pode se tornar realidade por mera consequência natural dos outros dois, é o da produtividade mínima que, não alcançada, sujeita o sítio, a fazenda, à desapropriação. Conforme minuta de Portaria elevando o “índice de produtividade” repudiada pelo próprio Ministro da Agricultura, respeitada a reserva florestal, somada à cobrança do consumo de água (não é encanada, não é da Sanepar, é de rio, é de subsolo) e se num determinado ano a natureza for madrastra, ou as pragas incidirem, adeus propriedade preparada com apoio científico dos órgãos federais, estaduais, municipais, cooperativas, associações, e agrônomos com conhecimentos internacionais – pois nada adiantará face à produtividade inferior aos números mínimos insculpidos na Portaria, da qual Deus livre os que labutam no campo! O mesmo e único Deus para quem rezam que ilumine setores da Igreja que não se informaram a fundo sobre a matéria.

“ É de se perguntar, por que repentinamente tanta carga sobre o agropecuarista? Será que desapareceram o bom senso e o propósito de persistir no desenvolvimento do país? Será que já enterraram a grande realidade de que a riqueza produzida no campo é uma das raras e fortes molas propulsoras do progresso desta “nação em desenvolvimento”?

Novo perfil para a sanidade

Cleverson Beje



O diretor-financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, abre os trabalhos da Comissão de Bovinocultura de Corte

A recheada pauta da Comissão de Bovinocultura de Corte

A reestruturação das Comissões e criação das Câmaras Técnicas da FAEP como adequação à nova política da CNA foram tratadas na primeira reunião da Comissão de Bovinocultura de Corte no dia 28 em Curitiba, na sede da FAEP. Os Conselhos de Sanidade Agropecuária em todos os municípios paranaenses, o novo sistema da campanha de vacinação contra aftosa e modificações na estrutura do Sisbov também compuseram a pauta da reunião, aberta pelo diretor-financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia.

A apresentação do novo modelo da campanha de vacinação foi feita pelo coordenador do Programa da Secretaria da Agricultura, Walter Ribeirete, a convite da FAEP.

Segundo ele, o Paraná suspendeu a vacinação para animais acima de 24 meses, mas manteve a obrigatoriedade para os animais de zero a 24 meses de idade. Essas alterações já foram válidas na primeira etapa da campanha, realizada entre 1º e 31 de maio deste ano.

A medida representa o início de um processo adotado em comum acordo com o Ministério da Agricultura para que o Paraná seja declarado posteriormente área livre de febre aftosa, sem vacinação.

Essas modificações não valem para a segunda etapa de vacinação prevista para novembro (de 01 a 30). Os procedimentos voltam ao normal e todos os animais devem ser vacinados.

Como poderá ficar o novo Sisbov

A proposta do novo Sisbov (Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos) foi apresentada pelo coordenador da Comissão Técnica Consultiva e superintendente do SENAR-PR, Ronei Volpi. Com as novas propostas, que serão ainda avaliadas pelo Ministério da Agricultura, o sistema será operado pelo produtor, que se responsabilizará pela inclusão das informações no banco de dados. As certificadoras serão responsáveis apenas pela certificação das propriedades e não mais para administrar informações pelos produtores.

O produtor poderá utilizar os serviços de seu responsável técnico para certificar sua propriedade, que deverá ser treinado e habilitado pelo Ministério da Agricultura para desempenhar a função. Os produtores podem optar por uma identificação coletiva dos animais. Quando o mercado for favorável ele pode identificá-los individualmente.

As informações do Sisbov serão baseadas nos dados da Unidade Veterinária Local. Os animais importados só poderão transitar entre estabelecimentos rurais aprovados no Sistema (ERAS) após aprovação do serviço oficial. Segundo Volpi, o sistema está mais "enxuto", exigindo menos documentos e formulários.

Conselhos de Sanidade

Os próximos passos para suspender a vacinação contra febre aftosa em definitivo vão depender da reestruturação da Defesa Sanitária no estado. Atualmente são 180 Conselhos de Sanidade Agropecuária e o objetivo é ampliar para 399, um conselho por município, até abril de 2010.

Os conselhos foram estruturados em 1999 para ajudar o Paraná a combater a febre aftosa dos rebanhos. Foram muito atuantes na conscientização dos produtores durante as campanhas estaduais. "Cada município, de acordo com sua realidade, está trabalhando com responsabilidade para melhorar cada vez mais a sanidade agropecuária", disse Celso Doliveira, assessor da FAEP e um dos responsáveis pela reestruturação dos CSAs.

BENNIE BERENS:
sistema de produção holandês adaptado ao cultivo no Paraná



Fotos: Cleverson Beje

Nova invasão chinesa ameaça cogumeleiros

Embora a produtividade paranaense seja mais alta, dólar baixo e mão de obra barata favorecem o cogumelo “made in China”

Sem a tarifa antidumping, que durou dez anos, e com dólar baixo, o cogumelo asiático volta a desestabilizar a produção brasileira. O impacto maior é na região de Mogi das Cruzes, em São Paulo, menos tecnificada e que concentra 80% da produção nacional. Por lá tem gente desistindo do negócio ou reduzindo à metade o cultivo, diante da entrada do produto chinês mais barato.

No Paraná, a invasão chinesa ainda não mexeu significativamente nos preços, mas já preocupa os produtores que sobrevivem da atividade na região metropolitana de Curitiba. O método de produção local consegue obter 3,5kg para cada saco de composto orgânico de 14 kg, um rendimento de 25%. Já a média paulista é de apenas 2,1 kg (15%) por saco, insuficiente para fazer frente aos chineses.

“O que está salvando a renda dos paranaenses é a produtividade, o manejo e a tecnologia de produção avançada. Mas quem estiver com baixa produtividade poderá sair do mercado”, avisa Bennie

Berens, um imigrante holandês que cultivava champignons, presta assistência técnica e revende composto para outros produtores, em São José dos Pinhais.

A coisa pode ser mais feia. Há quem conheça do assunto e acredite que, do jeito que o mercado está, o tsunami chinês será inevitável. “Os Estados Unidos não deixam entrar um quilo de cogumelo chinês, claro, eles pensam em salvar o produtor local. Os europeus também se protegem. Onde, então, os chineses vão descarregar o produto? Onde a entrada é liberada, onde não tem nenhuma proteção. É aqui no Brasil, e salve-se quem puder”, diz José Carlos Speck, que mantém um laboratório de produção de sementes de cogumelo em Piraquara, a 14 km de Curitiba.

A concorrência predatória da China foi atenuada durante dez anos, com aplicação de tarifa antidumping de US\$ 1,04 para cada quilo importado. A sobretaxa era uma compensação ao baixíssimo e irreal custo de produção

asiático, conseguido pela mão de obra barata – com R\$ 1,00 por dia dá para contratar um trabalhador.

Em janeiro, caiu a barreira tarifária porque venceu o prazo da medida antidumping, que já havia sido renovada uma vez. O trâmite para a volta da sobretaxa pode demorar mais de um ano, escancarando a janela para entrada do champignon *made in China*.

“Embora a nossa produtividade seja mais alta do que a chinesa, contra salários de R\$ 1,00 por dia não temos chance. E para piorar, o governo brasileiro considera a China como uma economia de mercado, dando a oportunidade para quebrar justamente os segmentos que mais geram empregos, como calçados, brinquedos e, agora, cogumelos”, diz o produtor Jan Haasjes, da Colônia Castrolanda. Grande produtor de grãos, Haasjes não depende do cogumelo para sobreviver, mas diz que “dá pena” ver a catástrofe se aproximando de uma cadeia produtiva tão promissora.

Projeto paranaense pode não decolar



MOACIR DISSENHA segue à risca cuidados técnicos e tem “o mais belo cultivo de champignons da região”

O fator “China” abala não só a vida dos cogumelheiros instalados, como ameaça também um projeto que era a menina dos olhos do governo paranaense: converter fumicultores ao cultivo de cogumelos. A idéia era aproveitar as estufas de secagem de fumo e adaptá-las, com baixo custo, para uma cultura rentável e mais saudável. “A abertura para os chineses é um fato novo que terá de ser considerado com bastante cuidado”, diz o técnico Paulino Nogueira Magalhães, extensionista da Emater.

Quem já cultiva cogumelo onde antes secava fumo é o produtor Vacílio Krama, 45 anos, do distrito de Contenda, em São José dos Pinhais. “Com um galpão destes, de 40m², dá tranquilamente para manter uma família”, diz Vacílio, ainda animado com as perspectivas do cogumelo que adotou há cerca de um ano.

Uma estrada rural sinuosa vencida em apenas 10 minutos de carro, saindo da propriedade de Vacílio, conduz até outro cogumelheiro, Moacir Dissenha, do distrito de Faxina. Moacir tem “o mais belo cultivo de champignons da região – pode fotografar, porque mais bonita não vai encontrar”, garante

Bennie Berens. O produtor é solteiro mas, como um pai, monitora cuidadosamente a temperatura na estufa onde estão seus “filhinhos”, os cogumelos. “Climatização e manejo adequado é o segredo da atividade”, emenda Berens.

Para José Carlos Speck, que já teve um dos maiores cultivos do País de cogumelo, “só produtividade não vai salvar ninguém”. Speck tinha 70 funcionários e produzia 26 toneladas de cogumelo por mês quando aconteceu a primeira invasão chinesa. Ele quebrou. Lembra que até a tarifa antidumping foi driblada, por que o cogumelo chinês ganhou “roupagem” mexicana ou chilena e continuou a entrar no País. E agora o dólar está favorável, novamente, à importação.

“O Brasil produz metade do que consome, alguma coisa tem mesmo que ser importada. Mas tem de ser em pé de igualdade. Os produtores de Mogi das Cruzes já deixaram de produzir a segunda safra do ano, por causa da concorrência chinesa. Qual a previsão para o ano que vem? Ninguém sabe ainda, por que não se sabe a influência do cogumelo da China. Pode acabar levando todo mundo à falência”, diz Speck. Com a palavra, o governo brasileiro.



Estrutura para secagem de fumo é facilmente adaptável ao cultivo de cogumelos



Uma mistura de palha, terra, esterco e gesso é o segredo do substrato onde nasce o cogumelo



VACÍLIO KRAMA: cogumelos cozidos e armazenados em bombonas, aguardando o melhor momento para comercialização

Seminários de Seguro Rural em Toledo e Cascavel

Produtores querem a criação de coberturas para perdas de qualidade no trigo e milho

Os municípios de Toledo e Cascavel realizaram nos dias 24 e 25 seminários sobre Seguro Rural, com palestras de especialistas da FAEP, das seguradoras Aliança e Brasileira Rural, da Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura. O objetivo foi promover o intercâmbio de ideias e experiências entre produtores rurais, setor público, seguradoras, corretores, agrônomos, especialistas e estudantes. Os eventos reuniram 220 participantes que tiveram a oportunidade de conhecer melhor o funcionamento do seguro agrícola e propor soluções para o aprimoramento da política de seguro rural no Brasil.

Para os produtores de Toledo, o seguro rural é um mecanismo importante para reduzir os riscos contra problemas climáticos. Entretanto, para se tornar mais atrativo é necessário que as coberturas do seguro sejam aperfeiçoadas. No encontro foi solicitada a criação de coberturas para perdas de qualidade no trigo e no milho.

O presidente do Sindicato Rural de Toledo, Nelson Paludo, quer a inclusão de lavouras seguradas conforme a tecnologia dispensada para o estabelecimento das culturas com foco na produtividade. "O seguro ainda não é atrativo para o produtor de alta tecnologia e a produtividade segurada é o grande problema", afirmou.

Em Cascavel um grande número de agrônomos participou do evento, que foi realizado pelo Sindicato Rural em parceria com a Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Cascavel (Areac) e Associação Paranaense de Empresas de Planejamento Agropecuário (Apepa). Além dos gargalos do seguro rural, os participantes puderam esclarecer questões referentes à regulação de sinistros e da política agrícola do governo federal para o seguro rural.



Fotos: Divulgação



EUSTÁQUIO MESQUITA SANT'ANA, coordenador geral de seguro do Ministério da Agricultura, no encontro de Toledo. Acima, o seminário em Cascavel



SIMULAÇÃO

A Aliança do Brasil lançou semana passada em seu site (<http://www.aliancadobrasil.com.br>) um simulador de prêmios e sinistros.

Nesse endereço o produtor poderá simular os cálculos de prêmio do seguro para a safra 2009/10, por município de milho, soja, algodão e cana de açúcar.

O site também informa a produtividade estipulada para o município, as faixas de coberturas da produtividade, o quanto é pago pela subvenção do governo e o valor gasto pelo produtor.

Sindicato comemora cinquentenário

O Sindicato Rural de Jandaia do Sul comemorou no dia 09 de setembro seu 50º aniversário, com um jantar comemorativo e a presença de mais de 500 pessoas. O diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia representou o presidente do Sistema FAEP, que contou com a presença do prefeito de Jandaia do Sul, José Rodrigues Borba e vereadores. Os presidentes dos Sindicatos Rurais de Astorga, Apucarana, Arapongas, Cambe, Londrina, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Rolândia e Sabáudia prestigiaram seu colega Juraci Marconi, que tem marcado o exercício da presidência do “cinquentão” sindicato de Jandaia pela correção, interatividade e defesa dos produtores rurais da sua comunidade.

Divulgação



Na foto, o casal João (Ilza) Luiz Rodrigues Biscaia, diretor financeiro do Sistema FAEP e Juraci (Marildes) Marconi, presidente do Sindicato Rural de Jandaia do Sul

De bem com o Meio Ambiente

Com o objetivo de orientar o agricultor a ficar em dia com as obrigações legais quanto à questão ambiental, o Sistema FAEP e Instituto Ambiental do Paraná (IAP) criaram o Programa Seja Legal. Foi elaborada uma série de cinco folders informativos que tratam de alguns dos principais assuntos ambientais. Os títulos das cartilhas são: Manejo de Bracatinga, Áreas úmidas, Produção de Cavacos, Produção de carvão e Aproveitamento de material lenhoso e seco. O Sistema FAEP tem a preocupação de orientar o produtor rural na educação ambiental.



Cleverson Beje

Premiados em Esteio

Na relação dos grandes campeões da última Expointer 2009, anualmente realizada em Esteio (RS), nada menos do que 14 criadores paranaenses foram consagrados.

CAMPEÕES DA RAÇA DORPER

- » Borrego dente de leite; Borrega dois dentes; Carneiro; Ovelha
- » *Eduardo Avelino Bergstein | Fazenda Alamos, São João do Triunfo - PR*

CAMPEÕES DA RAÇA POLL DORSET

- » Borrega dente de leite; Carlos Pedroso e Eldar Alves
- » *Cabanha King Size | Piraquara - PR*

CAMPEÕES DA RAÇA ABERDEENANGUS

CAMPEONATO VACA ADULTA

- » *Fabio L Gomes e Fabiana D Gomes | Agropecuária Don Francisco, Lapa - PR*

CAMPEÕES DA RAÇA CHAROLÊS

- » Touro jovem; Vaca jovem
- » *Eduardo Josef Reinhofer | Fazenda Campo Bonito, Pinhão - PR*

CAMPEÕES DA RAÇA CHAROLÊS MOCHO

- » Touro jovem
- » *Annemarie PF ANN e outros | Fazenda Paiol Velho, Guarapuava - PR*

CAMPEÕES DA RAÇA LIMOUSIN

- » Vaca adulta solteira
- » *Serafim Meneguel | Estância, Marilandia do Sul - PR*

CAMPEÕES DA RAÇA CARACU

- » Touro Sênior; Vaca adulta
- » *Nilson Antonio Pagliosa | Cabanha Pagliosa, Coronel Domingos Soares - PR*

EQUINOS

CAMPEÕES DA RAÇA CRIOLA

- » Machos
- » *José Maderna Ribas | Haras Santa Helena, Curitiba - PR*
- » Fêmeas
- » *Rodrigo Rosa | Haras 3R, Curitiba - PR*

CNA tem legitimidade para cobrar contribuição sindical rural

A Primeira Seção reconhece a capacidade da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) para cobrar judicialmente a contribuição sindical rural há quase uma década. O tema agora está consolidado na súmula 396, aprovada pelo colegiado nesta semana: "a Confederação Nacional da Agricultura tem legitimidade ativa para a cobrança da contribuição sindical rural".

O ministro Humberto Gomes de Barros, no julgamento de um recurso especial na Primeira Turma, assumiu a relatoria para acórdão após discordar do ministro Garcia Vieira, que rejeitava a legitimidade. Para Gomes de Barros, não haveria necessidade de algum dispositivo legal autorizando a CNA a cobrar a contribuição. "O dispositivo para afetar esse direito teria que ser uma vedação. A ação é uma consequência natural do direito, e quem tem o direito tem a ação. A ação de cobrança é uma consequência", afirmou.

Em outro julgado (REsp 712.965), o ministro José Delgado, também da Primeira Turma, explicou que a contribuição sindical rural é espécie de contribuição prevista no artigo 149 da Constituição Federal de 1988, instituída pelos artigos 578 e seguintes da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), combinados com o Decreto-Lei n. 1.166/71. A competência tributária para sua instituição é da União. No entanto, devido a convênio celebrado entre a Receita Federal e a Confederação Nacional da Agricultura, esta última entidade jurídica passou a exercer a função arrecadadora da contribuição sindical rural.

Na Segunda Turma, a questão também já estava pacificada. O ministro Humberto Martins explica que o Código Tributário Nacional trata da legitimidade do sindicato para a cobrança em questão. Essa entidade, contudo, não é a única a possuir legitimidade ativa para a cobrança da contribuição (REsp 677242). De acordo com o artigo 589 da CLT, o montante da arrecadação deverá ser partilhado entre as diversas entidades sindicais. "Assim, não apenas o sindicato, mas a federação e a confederação respectiva têm legitimidade para a cobrança da contribuição sindical."

A jurisprudência das Turmas que integram a Primeira Seção é pacífica no sentido de que a contribuição sindical rural obrigatória continua a ser exigida do contribuinte por determinação legal, em conformidade com o artigo 600 da CLT, sendo que a Secretaria da Receita Federal não administra a referida contribuição, não tendo, consequentemente, legitimidade para a sua cobrança, explica o ministro Humberto Martins. "Desse modo, infere-se que a Confederação Nacional da Agricultura tem legitimidade para propor a ação de cobrança da contribuição sindical rural."

Do site www.stj.jus.br
 Coordenadoria de Editoria e imprensa, em
 28.09.2009

Leite de qualidade

Para se obter um leite de qualidade o manejo do bovino deve ser feito com muito critério. A fim de proporcionar desenvolvimento aos produtores rurais de Arapuã, o SENAR-PR em parceria com a Secretária Municipal realizou de 15 a 17 de setembro o curso Manejo do Bovino do Leite. Temas como o parto, aplicação correta de vacinas e medicamentos, legislação do leite, ordenha manual entre outros foram ministrados pela instrutora Luciene Mota Moreira. Um dos destaques foi o teste da mastite, já que é a doença infecciosa que mais afeta a pecuária de leite. A mastite é um tipo de inflamação da glândula mamária e altera a qualidade do leite.

Divulgação



PRAGA

A ameaça das formigas cortadeiras

Em 22 de setembro, produtores rurais de Perobal avançaram no combate às formigas cortadeiras que estão devastando pastagens na região. O Sindicato Rural de Perobal contou com a parceria do SENAR-PR, os apoios do Conselho de Sanidade Agropecuária (CSA) e da Emater para realizar o curso de capacitação de 15 produtores rurais que querem controlar a praga na região. O instrutor do SENAR-PR Paulo Roberto Marchesan, explicou nas

suas aulas, teórica e prática, que um formigueiro médio consome, em um dia, o equivalente ao que come um boi, aproximadamente 100 kg de matéria verde. Em 2009, o SENAR-PR já ofereceu mais de 130 cursos no combate a formiga cortadeira.



Divulgação



Casa em Ordem 1

Divulgação

No dia 21 de setembro participantes do Programa Empreendedor Rural de São João assistiram a palestra do “Casa em Ordem”, com orientações sobre a função social da propriedade, assim como questões referentes à legislação ambiental, agrária, tributária, trabalhista e previdenciária.



ASSIS CHATEAUBRIAND

Casa em Ordem 2

Divulgação

Em Assis Chateaubriand, a palestra do “Casa em Ordem” foi solicitada pelo Sindicato Rural e ocorreu no dia 29 de setembro. O “Casa em Ordem” orienta os proprietários rurais paraenses, com informações e caminhos necessários para que estes não sejam penalizados pela legislação vigente.



MANOEL RIBAS

Direção e segurança

Divulgação

Nos dias 14 a 18 de setembro o Sindicato Rural de Manoel Ribas e SENAR-PR realizaram o Curso Condutores de Veículos Rodoviários Transportadores de Produtos Perigosos (MOPP). O objetivo do curso foi mostrar aos participantes a importância da condução de veículos de cargas perigosas com eficácia, responsabilidade e segurança. As aulas foram ministradas pelo instrutor do SENAT Paulo Valdeci Ferreira dos Santos.



Morango & cia

De julho a novembro ocorre a safra do morango. Esta foi a deixa para que o SENAR-PR juntamente com o Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal realizasse no dia 16 e 17 de setembro, o 1º Curso de Transformação de Morangos. Nas aulas ministradas por Celeste de Oliveira Mello, as 13 participantes aprenderam as mais diversas aplicações que a fruta pode ter na culinária: torta de morango, musse, bombom e ponche, entre outros.

Divulgação



MULHER ATUAL

Com chave de ouro

O dia 18 de setembro marcou o encerramento do Programa Mulher Atual em Ribeirão do Pinhal. Durante 10 encontros mulheres da região puderam adquirir e desenvolver conhecimentos da área agropecuária. As aulas foram ministradas pela instrutora do SENAR-PR Antonia Silvane Damaceno Effgen. O último dia foi de comemoração.

Divulgação





É GRAVE A CRISE!



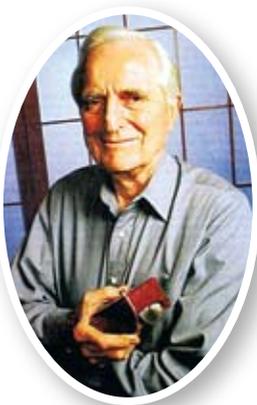
Divulgação Senai

Mão leve

» A estilista paranaense **Annelise Vaine**, criou a moda anti-furto. O problema é que a grande divulgação - inclusive esta! - alertou os amigos do alheio.

O Mouse

» O mouse de computador foi criado por **DOUGLAS ENGELBART**, em 1968, resultado de um projeto que durou cinco anos. No Instituto de Pesquisa de Stanford (EUA). Sua primeira versão era feita de madeira, movia-se sobre pequenas rodas e tinha apenas um botão. A popularização do mouse, começou em 1982. A Appel lançou o sistema de "apontar e clicar", mesmo ano em que ganhou mais uma tecla.



41 quilos

é o consumo per capita de carne de **FRANGO**

33 milhões

é o rebanho de **SUÍNOS**

14 quilos

são consumidos anualmente por **BRASILEIROS**,

40%

da produção é consumida no **MERCADO INTERNO**

“ Se estamos sendo criticados, é porque estamos cumprindo a lei ”



Raimundo Carreiro, ministro do TCU, sobre a paralisação de 41 obras federais com indícios de graves irregularidades.

MOSAICO

Doce

» Um rapaz vendia laranja:
- Ói a laranja! Ói, a laranja!
A moça loira e bonita pergunta:
-É doce?
O rapaz responde:
-É não minha senhora, é “laranja”.

As expressões:

» Onde judas perdeu as botas

Significado: lugar longe, distante, inacessível.

Histórico: como todos sabem, depois de traír Jesus e receber 30 dinheiros, Judas caiu em depressão e culpa, vindo a se suicidar enforcando-se numa árvore. Acontece que ele se matou sem as botas. E os 30 dinheiros não foram encontrados com ele. Logo os soldados partiram em busca das botas de Judas, onde, provavelmente, estaria o dinheiro. A história é omissa daí pra frente. Nunca saberemos se acharam ou não as botas e o dinheiro. Mas a expressão atravessou vinte séculos.

» Nhenhê

Significado: conversa interminável em tom de lamúria, irritante, monótona. Resmungo, rezinga.

Histórico: nheê, em tupi, quer dizer falar. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, eles não entendiam aquela falação estranha e diziam que os portugueses ficavam a dizer “nhen-nhen-nhen”.

» Dourar a pílula

Significado: melhorar a aparência de algo.

Histórico: vem das farmácias que, antigamente, embrulhavam as pílulas em requintados papéis, para dar melhor aparência ao amargo remédio.

» Pensando na morte da bezerra

Significado: estar distante, pensativo, alheio a tudo.

Histórico: esta é bíblica. Como vocês sabem, o bezerro era adorado pelos hebreus e sacrificados para Deus num altar. Quando Absalão, por não ter mais bezerros, resolveu sacrificar uma bezerra, seu filho menor, que tinha grande carinho pelo animal, se opôs. Em vão. A bezerra foi oferecida aos céus e o garoto passou o resto da vida sentado do lado do altar “pensando na morte da bezerra”. Consta que meses depois veio a falecer.

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do estado do paraná | CONSECANA-PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 07 - SAFRA 2009/2010

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 24 de Setembro de 2.009 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em Setembro de 2.009 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2009/2010, que passam a vigorar a partir de 01 de Outubro de 2.009.

Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de Setembro de 2.009 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM SETEMBRO/2009 | SAFRA 2009/2010 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

PRODUTOS	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,72%	38,59	1,90%	33,79
AME	49,43%	27,12	41,91%	26,67
AEAd - ME	3,17%	1.016,70	3,64%	888,32
AEAd - MI	4,66%	878,26	7,74%	747,28
AEAof	0,11%	931,16	0,14%	811,58
AEHd - ME	24,58%	714,92	17,20%	644,14
AEHd - MI	17,06%	763,11	27,18%	656,69
AEHof	0,27%	819,97	0,28%	722,88
Obs: 1) AEAd - ME+MI+of	7,94%	934,24	11,53%	792,83
AEHd - ME+MI+of	41,92%	735,22	44,65%	652,27

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

PRODUTOS	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,72%	0,4376	1,90%	0,3832
AME	49,43%	0,3075	41,91%	0,3024
AEAd - ME	3,17%	0,3475	3,64%	0,3036
AEAd - MI	4,66%	0,3002	7,74%	0,2554
AEAof	0,11%	0,3183	0,14%	0,2774
AEHd - ME	24,58%	0,2550	17,20%	0,2298
AEHd - MI	17,06%	0,2722	27,18%	0,2343
AEHof	0,27%	0,2925	0,28%	0,2579
MÉDIA		0,2904		0,2692
Obs: 1) AEAd - ME+MI+of	7,94%	0,3193	11,53%	0,2710
AEHd - ME+MI+of	41,92%	0,2623	44,65%	0,2327

SAFRA 2009/2010 - PREÇOS EM REAIS A VISTA | PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ

PRODUTOS	MIX	Média
AMI	2,72%	36,27
AME	41,77%	27,58
AEAd - ME	2,89%	933,41
AEAd - MI	9,69%	863,37
AEAof	0,06%	811,58
AEHd - ME	10,19%	659,70
AEHd - MI	32,54%	782,09
AEHof	0,12%	722,88

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

PRODUTOS	MIX	Média
AMI	2,72%	0,4112
AME	41,77%	0,3127
AEAd - ME	2,89%	0,3190
AEAd - MI	9,69%	0,2951
AEAd - MI	0,06%	0,2895
AEHd - ME	10,19%	0,2353
AEHd - MI	32,54%	0,2790
AEHof	0,12%	0,2579
MÉDIA		0,2949

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	32,20	35,97
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	32,20	35,97

Maringá, 24 de Setembro de 2.009

PAULO ROBERTO MISQUEVIS
Presidente

PAULO SIDNEY ZAMBON
Vice-Presidente

Agricultura comercial responde por 63% do VBP, e familiar 37%

IBGE manipula números da agricultura familiar



Argentino

Os números do Censo Agropecuário 2006, divulgados no dia 30 de setembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), classificaram as pequenas propriedades como sendo agricultura familiar, numa manobra para reduzir o peso da agricultura comercial em setores da produção. Mas o Censo mostra que a área dos estabelecimentos rurais brasileiros reduziu 6,7%, em dez anos, o que representa uma diminuição de 23,6 milhões de hectares. Essa diminuição é o resultado do recuo das áreas destinadas às pastagens, compensando em parte pelo aumento das áreas de lavouras permanentes e temporárias. Chama a atenção o aumento efetivo de cinco milhões de hectares das áreas protegidas, áreas de preservação permanente (APPs) e reserva legal (RL) nas propriedades rurais.

Os dados também confirmam a representatividade da agricultura comercial na produção, que equivale a 63% do Valor Bruto da Produção (VBP) brasileira, alcançando R\$ 161,9 bilhões. Quanto à agricultura familiar, responde por 37% do VBP, atingindo R\$ 95,1 bilhões, destacando-se na horticultura, com 63,0% do VBP da atividade, e na extração vegetal, com 89,0% do VBP do segmento. Mas estes dados podem estar superestimados, segundo Nota Técnica do próprio Instituto, na abertura do documento. O enquadramento do Censo do IBGE na Lei 11.326, de 2006, que estabelece o conceito de agricultura familiar, pode ter ocasionado distorções, pois considerou cada estabelecimento como uma unidade familiar, podendo haver duplicidade de informações com a contabilização do mesmo produtor mais de uma vez.

	PARANÁ			BRASIL	
	Total	Familiar	Comercial	Total	Familiar
Estabelecimento	371.051	84%	16%	5.175.489	82%
Valor da produção	R\$ 15,8 bilhões	43%	57%	R\$ 143,7 bilhões	38%
Área	15,3 milhões de ha	28%	72%	329,9 milhões de ha	24%
Extensão média	41 hectares			64 hectares	
Grupos de Área	Estabelecimentos		Estabelecimentos		
Até 10 ha	165.513	45%	2.477.071	48%	
10 ha até 100 ha	170.403	46%	1.971.577	38%	
100 ha até 1.000 ha	25.112	7%	424.906	8%	
Mais de 1.000 ha	1.191	0,3%	46.911	1%	
Sem terra	8.832	2%	255.024	5%	

PRA BOI
NÃO DORMIR

Namoro com os ianques

» BR Foods pretende entrar no mercado americano em 2010. Parece que o movimento da indústria de carne está longe de parar.

JBS contra a rapa

» A R-CALF USA entrou com uma ação no departamento de justiça americano contra a compra da Pilgrim's Pride pela JBS. Calma, eu explico. A R-CALF é uma associação de produtores de gado dos Estados Unidos. Eles estão preocupados por que acham que com a entrada da JBS o preço do frango vai baixar. De acordo com um estudo apresentado pela associação a diminuição de 1% no valor da carne de frango diminui o consumo de carne de boi e 0,02%. Não é que os caras são organizados mesmo!

Qual será o cardápio da segunda sem carne?

» A Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) lançou a campanha Segunda sem Carne. O evento é similar ao que ocorre nos Estados Unidos. Lá, a proposta de não comer carne toda segunda-feira, tem na saúde seu principal apelo. Como se uma picanha com capinha de gordura fizesse mal? Aqui no Brasil, o mote é mais ambiental. De acordo com a SVB para se produzir um quilo de carne bovina são necessários: 10 mil m² de floresta desmatada e 15 mil litros de água limpa. Curioso é que, segundo estudos de Richard Wrangham, antropólogo de Harvard, a capacidade de raciocínio do homem moderno, inclusive para chegar a estes cálculos, estaria diretamente relacionada a um alimento adotado por nossos ancestrais, rico em proteínas e um dos responsáveis pelo salto evolutivo da espécie: a carne!

Sinal vermelho para os calóricos e gordurentos

» O Projeto de Lei nº 425, da Assembleia de São Paulo, determina que os alimentos manufaturados vendidos no estado sejam classificados por cores de acordo com a quantidade de calorias, gorduras, açúcar, cloreto de sódio e conservantes. Alimentos hiper-calóricos seriam classificados com tarja vermelha. Produtos com alta e média concentração de calorias receberiam tarja amarela e os alimentos ditos saudáveis, teriam tarja verde. O impacto da lei não é só na saúde, mas também nos preços dos alimentos.



A concessão de efeito suspensivo em embargos

O descasamento entre a dívida financeira e o preço de alguns dos produtos agrícolas está gerando para os mutuários rurais há largos anos a inadimplência, pois a venda de toda a produção não tem sido suficiente para a liquidação de financiamentos obtidos no sistema bancário. Em razão desse fato, público e notório, o Banco Central vem editando Resoluções que permitem a prorrogação dos financiamentos rurais, além de “medidas de estímulo à regularização de dívidas originárias de crédito rural”.

Para os produtores rurais que vêm sofrendo com os problemas climáticos dos últimos anos e estão com dificuldades de saldar compromissos no crédito rural, arriscando a própria manutenção da atividade, passível a argüição de suspensão de eventual execução, pois, no caso de prosseguimento desta, o mutuário não conseguirá novos financiamentos, além do risco de perda de bens em futura hasta pública, decorrente do próprio rito executivo.

Dispõe o artigo 739-A, § 1º do Código de Processo Civil a possibilidade de conceder-se efeito suspensivo a embargos do devedor, nas hipóteses em que a fundamentação seja relevante o suficiente e demonstrado o perigo de dano irreparável. Para suspensão da execução exige-se também a existência de patrimônio capaz de garantir o feito com a penhora. A suspensão da lide executiva, portanto, depende de preenchimento dos requisitos dispostos em lei, como vem sendo admitido pela moderna jurisprudência de nosso Tribunal de Justiça do Paraná: “Agravado de instrumento. Execução de título extrajudicial. Embargos

recebidos com efeito suspensivo. Existência de questão prejudicial externa. Ação constitutivo-negativa de nulidade de cláusulas em cédula de crédito rural c/c ação declaratória de prorrogação de dívida em decorrência de frustração de safra. Relevância da fundamentação e perigo de lesão grave e de difícil reparação devidamente demonstrados. Juízo da execução garantido por penhora. Presença de todos os requisitos previstos no artigo 739-A, § 1º, do Código de Processo Civil. Decisão monocrática escoreta. Recurso desprovido. Para a concessão de efeito suspensivo aos embargos do devedor é necessário que o juízo da execução esteja garantido por penhora, depósito ou caução, os fundamentos invocados sejam relevantes e o prosseguimento da execução possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação, conforme prevê o § 1º, do artigo 739-A, do Código de Processo Civil.” (AI 0534814-9, Relator Desembargador Laertes Ferreira Gomes).

Da mesma forma, consiste em fundado receio de dano irreparável, a situação em que o crédito e o nome do cidadão sem registros cadastrais encontram-se ameaçados, cujo fato é de importância incontestável na atualidade, ante a necessidade de obtenção de financiamentos para a manutenção da atividade rural.

A antecipação da tutela prevista no artigo 273/CPC depende, pois, da relevância e verossimilhança das razões em que se fundam os embargos, da presença de perigo de dano irreparável frente à constrição judicial e conseqüências sobre a atividade do produtor rural, possibilitando a suspensão de lide executiva.



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br | site: www.faep.com.br

Presidente
Ágide Meneguette

Vice-Presidentes
Moacir Micheletto
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários
Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros
João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal
Sebastião Olímpio Santarozza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes
Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br | site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo
Presidente
Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos
Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal | Membros Efetivos
Sebastião Olímpio Santarozza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência
Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Jornalista responsável
Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)
Marcos Tosi (redator)
Cynthia Calderon (redatora)

e-mail: imprensa@faep.com.br

Diagramação e projeto gráfico
Ctrl S Comunicação | www.ctrlscomunicacao.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Ufa! Agrinho dribla a greve dos Correios

Próximo passo é eleger os campeões; resultado sai dia 23 de outubro

Foi por pouco, mas as milhares de correspondências com trabalhos concorrentes ao Concurso Agrinho 2009 chegaram sem maiores contratemplos à central de processamento do SENAR-PR em Curitiba. Os Correios entraram em greve dois dias antes da data-limite de postagem, 23 de setembro, mas mesmo durante a paralisação as agências do interior carimbaram a data de recepção do material – que é o que conta.

Fotos: Cleverson Beje



Na fase final do Concurso devem concorrer aos 217 prêmios cerca de sete mil trabalhos, nas categorias Desenho (Educação Especial e Educação Infantil), Redação, Experiência Pedagógica, Escola Agrinho e Município Agrinho. Ao todo, durante 2009, o Agrinho levou conteúdos de educação para o meio ambiente, saúde e cidadania a mais de 1,5 milhão de crianças, orientadas por 78,2 mil professores em mais de 8 mil escolas em 388 municípios do Paraná.

A banca examinadora, formada por especialistas que vão escolher os campeões, começou o trabalho dia 2 de outubro e em duas semanas deve dar o veredito. Na verdade, desta vez duas bancas trabalham simultaneamente na avaliação. Outra novidade é que todos os trabalhos vão receber certificado de participação no concurso. A festa de premiação será no dia 23 de outubro, na ExpoUnimed, em Curitiba.



Quartel-general foi montado para processar os milhares de trabalhos



Isenção do IPVA para tratores, colheitadeiras e carretas

FAEP obtém
decisão favorável
da Fazenda estadual



Em julho passado, o presidente do Sistema FAEP Ágide Meneguette recebeu a visita do secretário da Fazenda, Heron Arzua, quando ponderou sobre os apelos de Sindicatos Rurais, como o de São Mateus do Sul, para isentar do IPVA tratores, colheitadeiras e carretas agrícolas. No último dia 21, a Inspeção Geral de Arrecadação da secretaria da Fazenda deu o seguinte parecer:

» De acordo com o Código de Trânsito, para trafegar em via pública, qualquer tipo de veículo automotor deve ser licenciado anualmente. Porém, este licenciamento não obriga o pagamento do IPVA, ou seja, tratores, colheitadeiras e afins são automaticamente ISENTOS do pagamento do IPVA.

Portanto, mesmo que devidamente emplacados e licenciados pelo Detran, tais veículos não devem ser objeto de tributação do IPVA, tratando-se de veículos isentos, face o disposto no artigo 14, inciso I da Lei 14.260/03.

Assim, a aplicação de alíquota de 2,5% para tais veículos esta equivocada.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14o andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|-------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável

As normas para o trânsito são rígidas. Entre elas, é proibido:

- » dirigir sem Carteira de Habilitação;
- » transportar crianças ou passageiros em carretas agrícolas;
- » parar o veículo na pista de rolamento ou transitar pela contramão de direção em via de duplo sentido;
- » entrar ou sair de estradas secundárias ou áreas lindeiras, sem estar adequadamente posicionado para o ingresso na via preferencial.